

* continuação

Azul
SEGUROS

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros Legal Estatutária	Ajustes TVM (84)	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	75.045	14.323	4.923	6.916 73.103			174.226
Aumento de capital							
Aumento do capital com lucros e reservas conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de março de 2009	3.955	-	-	- (3.955)	-	-	-
Ajustes patrimoniais							
Ajustes de avaliação patrimonial							
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	496	496
Realização por alienação	-	-	(302)	-	-	302	-
Realização parcial por depreciação	-	-	(104)	-	-	104	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(47)	-	(47)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.692	52.692
Destinações do lucro do exercício							
Reserva legal	-	-	-	2.635	-	(2.635)	-
Dividendos distribuídos - R\$ 0,14 por ação	-	-	-	-	-	(2.555)	(2.555)
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,57 por ação ordinária (R\$ 0,48 líquido de IR)	-	-	-	-	-	(10.185)	(10.185)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(38.219)	-
Em 31 de dezembro de 2009	79.000	14.323	4.517	9.551 107.367	(131)	-	214.627
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2010	21.000	-	-	- (21.000)	-	-	-
Ajustes patrimoniais							
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20 (e))	-	-	-	- (647)	-	-	(647)
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	94	-
Realização parcial por depreciação	-	-	(94)	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	131	-	131
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(1.404)	(1.404)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	87.199	87.199
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	-	-	-	4.360	-	(4.360)	-
Dividendos distribuídos - R\$ 0,64 por ação	-	-	-	-	-	(11.553)	(11.553)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,60 por ação ordinária (R\$ 0,51 líquido de IR)	-	-	-	-	-	(10.800)	(10.800)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(60.580)	-
Em 31 de dezembro de 2010	100.000	14.323	4.423	13.911 144.896	-	-	277.553

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro	1.040.871	801.414
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	77.234	51.746
Pagamentos de sinistros e comissões	(761.293)	(622.239)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(88.565)	(59.998)
Pagamentos de despesas e obrigações	(39.968)	(35.729)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(266)	(183)
Outros pagamentos operacionais	(9.424)	(4.774)
Recebimentos de juros e dividendos	113	237
Constituição de depósitos judiciais	(2.523)	(7.824)
Resgates de depósitos judiciais	-	3.022
Pagamentos de participações nos resultados	(5.516)	(3.855)
Caixa gerado pelas operações	210.663	121.817
Impostos e contribuições pagos	(100.779)	(55.365)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(268.349)	(94.820)
Vendas e resgates	182.103	59.233
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.638	30.865
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente imobilizado	(11.516)	(13.312)
Recebimento pela venda de ativo permanente imobilizado	173	436
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(11.343)	(12.876)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.100)	(16.948)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(13.100)	(16.948)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(805)	1.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.773	4.732
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.968	5.773
Ativos livres no início do exercício	128.169	95.303
Ativos livres no final do exercício (Nota 16(b))	162.004	128.169
Aumento das aplicações financeiras - Recursos livres	33.835	32.866

no que não contrariam as disposições contidas em legislação específica da SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou com a edição da Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (até o CPC 13, exceto o 11), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2008. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - "Contratos de Seguros", bem como as demais normas e CPCs em vigor e ainda não aprovados pela SUSEP serão aplicados somente a partir de 1º de janeiro de 2011. Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e primeiro exercício de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

Nos termos da nova norma contábil sobre contratos de seguros para aplicação em 2011, as cifras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2011. Caso outras normas do CPC sejam aprovadas pelo regulador para aplicação em 2010, o mesmo procedimento estará sendo adotado. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante em 2011, data esta na qual a Companhia irá adotar todas as novas normas e interpretações aprovadas e aplicáveis.

(a) Pronunciamentos
• CPC 11 - Contratos de seguros
A Companhia está analisando os possíveis impactos desse novo normativo nas suas operações e não espera efeitos relevantes, além dos requerimentos de divulgação.
• CPC 32 - Tributos sobre o lucro
Pelo CPC 32 há a necessidade de constituir provisão de tributos de longo prazo sobre o saldo de reavaliação de terrenos.

(b) Interpretações
• ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
Por esta interpretação somente os dividendos mínimos obrigatórios devem ser considerados como passivo da Companhia, permanecendo o excedente no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das transações são as seguintes:

(a) O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos a índices ou taxas oficiais até a data das demonstrações financeiras.
As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos. As comissões e os outros custos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices ou com a estimativa de permanência dos segurados ou participantes e são refletidos no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas". São contabilizados também as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão, bem como as comissões sobre estas estimativas.

(b) As aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificadas na categoria "títulos para negociação", são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até as datas

das demonstrações financeiras, e são ajustadas ao valor de mercado, sendo os rendimentos, as valorizações e desvalorizações apropriados ao resultado do exercício. As aplicações em títulos e valores mobiliários classificadas na categoria "disponível para venda" são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são registrados no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado, sendo o ajuste registrado em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários e incorporado ao resultado do exercício em que ocorrer a efetiva realização.

(c) O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e por outros investimentos são registrados ao valor de custo de aquisição, e os imóveis destinados à renda, que incluem acréscimos ou decréscimos decorrentes de reavaliação efetuada por peritos independentes, são depreciados à taxa média anual de 2%.

(d) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. Terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em 15 de janeiro de 2007 por peritos independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007, como novo valor de custo das edificações e terrenos. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para lucros acumulados na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros acumulados quando os terrenos forem eventualmente alienados. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 13(a).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados.

(e) Intangível - são assim representados: (i) Programas de computador (softwares) - Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota 13(b). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. (ii) Outros ativos intangíveis - Aquisição de marcas e patentes, conforme demonstrado na Nota 13(a).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos
O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar eventuais evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(g) Os demais ativos circulante e não circulante são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, os rendimentos auferidos e as provisões para perda.

(h) São constituídas provisões para riscos de créditos em montantes considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos a receber, sobre os prêmios a receber de riscos decorridos vencidos há mais de 60 dias.

(i) Provisões técnicas - são constituídas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, conforme segue:

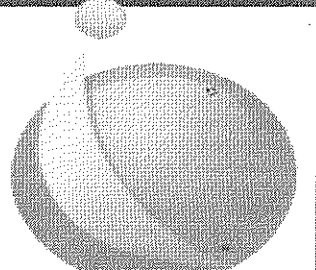
(I) A Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada "pro-rata" dia.

(II) A Provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos

continua

PUBLICAÇÕES I.O.

Estatuto dos Funcionários Públicos
À VENDA NAS AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL



* continuação

Azul
SEGUROS**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais

em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

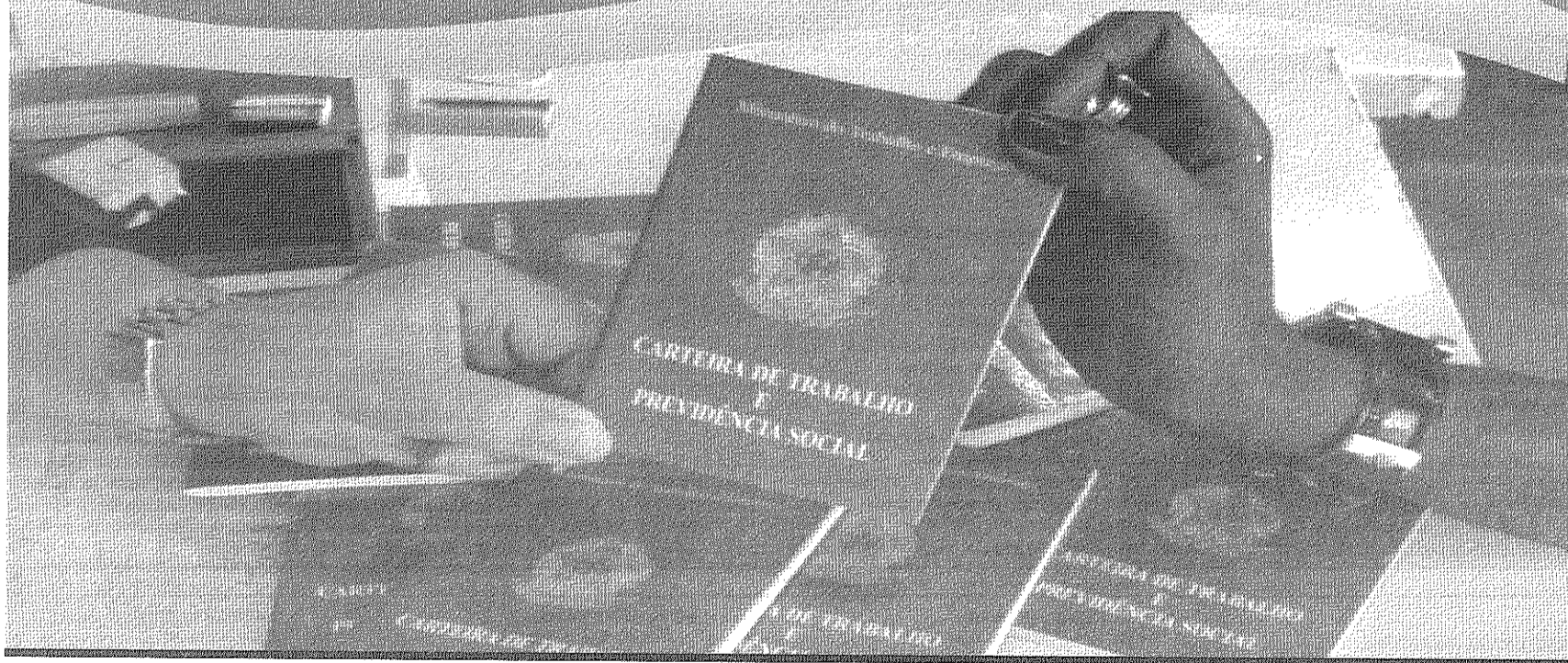
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

**PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ**Maria Salete Garcia Pinheiro**
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Id: 1094614

**VOCÊ QUER EMPREGO?
VOCÊ QUER EMPREGAR?
NÓS TEMOS O QUE VOCÊ PROCURA!!**

**AGÊNCIA DE TRABALHO E RENDA****A MAIOR REDE DE RECURSOS HUMANOS
GRATUITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****TEMOS UMA PERTINHO DE VOCÊ!****GOVERNO DO
Rio de Janeiro****SECRETARIA DE
ESTADO DE TRABALHO
E RENDA****2332-9999****www.trabalho.rj.gov.br**